



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680380 - SP (2021/0220277-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E OUTRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO TADEU BEDONI - SP221769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO HENRIQUE DE SOUSA (PRESO)
OUTRO NOME : RONALDO HENRIQUE DE SOUZA
CORRÉU : MARIA SOLANGE DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO HENRIQUE DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0031761-69.2018.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado pela prática do crime de tráfico de drogas previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta a presença dos requisitos legais para aplicação do redutor previsto no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, uma vez que o paciente é réu primário, além de ter sido detido com pequena quantidade de drogas. Alega falta de fundamentação idônea na fixação do regime prisional.

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja aplicada ao paciente:

[...] a causa redutora da pena prevista no §4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, com o índice no máximo e fixado em definitivo regime aberto para início de cumprimento de pena, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (fl. 9).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente